

## SUMÁRIO

### **INTRODUÇÃO**

Importância do tema .....	21
Delimitação do objeto do estudo .....	23
Hipótese de trabalho .....	24
Estruturação da obra .....	27

---

## **PARTE I PREMISSAS**

---

### **Capítulo I – DIREITO PROCESSUAL EM VISÃO RETROSPECTIVA**

1. Aspectos gerais .....	31
2. Moldura temporal e histórica do conhecimento jurídico da sociedade contemporânea.....	32
3. Sincretismo .....	34
4. Fase autonomista .....	36

### **Capítulo II – JURISDIÇÃO**

5. Generalidades .....	43
6. Conceito de jurisdição .....	45
7. Legislação, administração e jurisdição.....	48
8. Princípios ou características da jurisdição .....	55
9. Inércia .....	56
10. Caráter substitutivo.....	58
11. Definitividade .....	58
12. Imparcialidade .....	60
13. Unidade ou indivisibilidade .....	62
14. Aderência ao território.....	63
15. Inafastabilidade.....	65
16. Indeclinabilidade .....	68

17. Indelegabilidade .....	70
18. Jurisdição como elemento estruturante e fundamental do sistema processual na doutrina .....	71
19. Jurisdição como elemento estruturante e fundamental do sistema processual na legislação .....	85

### **Capítulo III – PROCESSO**

20. Generalidades .....	91
21. Conceito de processo .....	92
22. Características do processo .....	100
23. Relação jurídica .....	100
24. Autonomia .....	101
25. Abstração .....	102
26. Natureza pública .....	102
27. Dinamismo .....	103
28. Complexidade .....	105
29. Processo como instituto fundamental .....	106

### **Capítulo IV – AÇÃO**

30. Generalidades .....	109
31. Diferentes teorias .....	110
32. Concepção adotada .....	118
33. Características da ação .....	120
34. Poder, garantia e direito subjetivo .....	121
35. Natureza pública .....	123
36. Autonomia .....	123
37. Atipicidade .....	124
38. Finalidade ou conteúdo finalístico .....	125
39. Instrumentalidade em relação ao direito material .....	125
40. Distinções: ação, demanda e petição inicial .....	125
41. Ação como instituto fundamental .....	126

### **Capítulo V – DEFESA**

42. Generalidades .....	129
43. Conceito .....	132
44. Características .....	132
45. Poder, garantia e direito subjetivo .....	132
46. Autonomia .....	133
47. Caráter público .....	134
48. Conteúdo finalístico .....	134
49. Instrumentalidade em relação ao direito material .....	135
50. Defesa como instituto fundamental .....	135

**Capítulo VI – INSTRUMENTALISMO**

51. Generalidades .....	137
52. Instrumentalismo substancial. ....	141
53. Instrumentalismo, efetividade e técnica processual.....	145
54. Instrumentalismo, técnica processual, efetividade e tutela jurisdicional.....	146
55. Síntese conclusiva da Parte I.....	147

**PARTE II****ESTUDO ANALÍTICO DA TUTELA JURISDICIONAL****Capítulo VII – FUNDAMENTOS POLÍTICOS**

56. Generalidades .....	151
57. Escopos da jurisdição, do processo e da tutela jurisdicional .....	153

**Capítulo VIII – FUNDAMENTOS NORMATIVOS**

58. Generalidades .....	157
59. Fundamentos constitucionais .....	157
60. Fundamentos infraconstitucionais.....	162

**Capítulo IX – DELIMITAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL**

61. Conceito.....	165
62. Reflexões em torno do alcance do conceito.....	168
63. Conteúdo.....	170

**Capítulo X – CRITÉRIOS E CLASSIFICAÇÕES**

64. Classificações .....	175
65. Tutela provisória e definitiva.....	176
66. Tutela preventiva, inibitória e sancionatória ou reparatória.....	182
67. Tutela declaratória, constitutiva e condenatória.....	185
68. Tutela mandamental e executiva “lato sensu”.....	188
69. Tutela cognitiva e tutela executiva.....	191

**Capítulo XI – TUTELA, DIREITO MATERIAL E PROCEDIMENTO**

70. Generalidades .....	195
71. Tutela e direito material.....	196
72. Tutela e procedimento .....	198
73. Tutela, cognição e execução.....	201

**Capítulo XII – TUTELA E MEIOS ALTERNATIVOS (OU ADEQUADOS)**

74. Generalidades .....	207
75. Alcance do conceito de meios alternativos ou adequados de solução de conflitos.....	207

76. Tendências legislativas e de políticas públicas: estímulos ao emprego dos meios alternativos.....	209
77. Interseções com a tutela jurisdicional .....	213
78. Tutela jurisdicional e arbitragem.....	215

**Capítulo XIII – TUTELA JURISDICIONAL COMO INSTITUTO FUNDAMENTAL**

79. Generalidades .....	219
80. Tutela jurisdicional, princípios e garantias do processo .....	220
81. Tutela jurisdicional, estrutura do processo e procedimentos .....	221
82. Pragmatismo sem abandono da ciência.....	222
83. Tutela e aspectos pontuais da disciplina do processo .....	224
84. Síntese conclusiva da Parte II.....	225

---

**PARTE III**  
**PROJEÇÕES SISTÊMICAS DO NOVO**  
**EIXO METODOLÓGICO**

---

**Capítulo XIV – ESTRUTURA UNITÁRIA DO CPC-15**

85. Generalidades .....	229
86. Segmentação como aspecto conceitual da concepção científica do direito processual.....	232
87. Unificação estrutural no CPC-15 .....	234

**Capítulo XV – NORMAS FUNDAMENTAIS NO CPC-15**

88. Delimitação e propósito.....	239
89. Conteúdo das normas fundamentais.....	241
90. Normas fundamentais no contexto dos institutos do processo civil .....	246
91. Normas fundamentais e tutela jurisdicional.....	247

**Capítulo XVI – PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

92. Conceito de procedimento.....	251
93. Importância do procedimento.....	253
94. Procedimento e tutela jurisdicional .....	254

**Capítulo XVII – EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

95. Conceito.....	259
96. Encaixe sistêmico .....	263
97. Relevância substancial e tutela jurisdicional.....	265

**Capítulo XVIII – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES**

98. Aspectos conceituais .....	267
99. Racionalização e equilíbrio sistêmico .....	270
100. Adequada sistematização dos meios de impugnação e tutela jurisdicional.....	273

**Capítulo XIX – VALORIZAÇÃO DOS ENTENDIMENTOS CONSOLIDADOS**

101. Terminologia.....	277
102. Aspectos gerais.....	280
103. Entendimentos consolidados e fundamentação das decisões .....	286
104. Entendimentos consolidados, segurança jurídica, previsibilidade e proteção da confiança.....	289
105. Entendimentos consolidados e racionalização.....	291
106. Entendimentos consolidados e tutela jurisdicional .....	292

**Capítulo XX – MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

107. Generalidades: alcance do conceito .....	295
108. Relevância direta e indireta no contexto da tutela jurisdicional .....	298

**Capítulo XXI – TUTELA DE INTERESSES COLETIVOS**

109. Generalidades .....	301
110. Alcance dos conceitos: processo coletivo, processo estrutural, outros métodos de tutela coletiva.....	309
111. Tutela jurisdicional coletiva .....	312

**Capítulo XXII – PROCESSO E TECNOLOGIA**

112. Generalidades .....	317
113. Legislação processual e tecnologia .....	321
114. Realidade material e realidade virtual.....	323
115. Tecnologia e tutela jurisdicional.....	324
116. Síntese conclusiva da Parte III .....	325

---

**PARTE IV****PROJEÇÕES ESPECÍFICAS DO  
NOVO EIXO METODOLÓGICO**

---

**Capítulo XXIII – GARANTIAS PROCESSUAIS**

117. Generalidades .....	329
118. Garantias e justo processo .....	330
119. Garantias processuais e tutela jurisdicional .....	333
120. Ênfase à garantia do processo sem dilações indevidas .....	333
121. Ênfase à garantia do contraditório .....	336
122. Ênfase à garantia da motivação.....	340

**Capítulo XXIV – PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO JULGAMENTO DO MÉRITO**

123. Generalidades .....	345
124. Função sistêmica .....	347

125. Binômio ou trinômio .....	350
126. Pressupostos processuais.....	356
127. Condições da ação .....	361
128. Pressupostos de admissibilidade e tutela jurisdicional .....	365

### **Capítulo XXV – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA**

129. Delimitação da análise .....	369
130. Competência absoluta e relativa – critérios de divisão de trabalho .....	370
131. Cooperação entre órgãos jurisdicionais.....	373
132. Auxílio direto.....	377
133. Cumprimento de decisões judiciais estrangeiras .....	378
134. Jurisdição, competência e tutela jurisdicional.....	380

### **Capítulo XXVI – DEVERES DOS SUJEITOS PROCESSUAIS**

135. Situações processuais .....	383
136. Situações processuais das partes .....	387
137. Deveres no cenário do processo atual .....	387
138. Deveres e tutela jurisdicional .....	392

### **Capítulo XXVII – PODERES-DEVERES DO JUIZ**

139. Poderes-deveres.....	395
140. Papel central do órgão judicial .....	396
141. Ponto de equilíbrio, finalidade e controle .....	397

### **Capítulo XXVIII – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS**

142. Contextualização .....	401
143. Importância da intervenção de terceiros .....	404
144. Modalidades e escopos.....	406
145. Assistência.....	407
146. Denúnciação da lide .....	409
147. Chamamento ao processo.....	414
148. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	416
149. <i>Amicus curiae</i> .....	420
150. Reconvenção subjetivamente ampliativa .....	427

### **Capítulo XXIX – INVALIDADES PROCESSUAIS**

151. Planos dos atos jurídicos .....	431
152. Aproveitamento da teoria material.....	433
153. Relativização das invalidades no processo .....	434
154. Estatuto da instrumentalidade .....	436
155. Mitigação da importância da distinção entre nulidades absolutas e relativas...	438
156. Prioridade do exame do mérito .....	440

157. Nulidades e tutela jurisdicional .....	441
---	-----

### ***Capítulo XXX – TUTELAS PROVISÓRIAS***

158. Valor sistemático da tutela provisória .....	445
159. Aspectos gerais da tutela provisória .....	446
160. Disciplina da tutela provisória como técnica processual .....	448
161. Tutela provisória e tutela jurisdicional .....	449
162. Estabilização e tutela jurisdicional .....	452
163. Tutela provisória e sistema .....	452

### ***Capítulo XXXI – DISCIPLINA DO PROCEDIMENTO***

164. Importância do procedimento no contexto do devido processo legal .....	455
165. Dogma da rigidez procedimental .....	457
166. Elementos para flexibilização (judicial e consensual) .....	458
167. Procedimentos especiais, cognição e tutela diferenciada .....	461
168. Revisão da concepção quanto ao procedimento e tutela jurisdicional .....	465

### ***Capítulo XXXII – ANTECIPAÇÃO E CISÃO DO JULGAMENTO DO MÉRITO***

169. Observação sistemática .....	467
170. Dogma: rigidez do procedimento e unidade do julgamento do mérito .....	469
171. Improcedência liminar .....	471
172. Julgamento antecipado do mérito .....	475
173. Julgamento antecipado parcial do mérito .....	476
174. Mitigação orientada de modo finalista .....	478

### ***Capítulo XXXIII – DISCIPLINA DA PROVA***

175. Caráter instrumental da prova .....	479
176. Constante possibilidade de aperfeiçoamento da disciplina da prova .....	481
177. Tutela como referencial para a disciplina e a atividade probatória .....	485

### ***Capítulo XXXIV – COISA JULGADA E ESTABILIZAÇÃO DAS DECISÕES***

178. Segurança jurídica, estabilidade e pacificação .....	487
179. Coisa julgada material e formal .....	489
180. Coisa julgada e eficácia preclusiva .....	491
181. Coisa julgada e questões .....	492
182. Coisa julgada e terceiros .....	495
183. Estabilização da tutela antecipada .....	498
184. Balanço de opções: entre segurança e possibilidades limitadas de revisão .....	500
185. Coisa julgada, estabilização, segurança jurídica e tutela jurisdicional .....	501

### ***Capítulo XXXV – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES***

186. Considerações iniciais .....	503
187. Meios de impugnação de natureza recursal .....	504

188. Meios de impugnação de natureza não recursal (ou demandas impugnativas autônomas) .....	508
189. Disciplina dos meios de impugnação e tutela jurisdicional .....	513

**Capítulo XXXVI – TUTELA EXECUTIVA**

190. Aspectos conceituais, estruturais e delimitação .....	515
191. Cumprimento/execução sob a perspectiva da obrigação .....	518
192. Tutela específica das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa .....	519
193. Ampliação de poderes judiciais de coerção .....	521
194. Reforço quanto aos deveres do executado .....	523
195. Protesto de sentença condenatória.....	524
196. Simplificações na expropriação .....	525
197. Garantia da execução como pressuposto do efeito suspensivo da defesa .....	526
198. Execução e tutela executiva .....	529
199. Síntese conclusiva da Parte IV .....	531

<b>CONCLUSÃO GERAL</b> .....	533
------------------------------	-----

<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	535
<b>SÍTIOS ELETRÔNICOS</b> .....	575